

O EMPREENDEDORISMO DE SI MESMO NO CURRÍCULO DO NOVO ENSINO MÉDIO: ANÁLISES TEÓRICAS

Hemilly Tainara da Costa Duarte¹; Marina Marcos Costa ²;

¹ Discente do curso de Pedagogia; Voluntária no Programa de Iniciação Científica na Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Floriano-Pi, Brasil e-mail: h.tainara.da.c.d@aluno.uespi.br

² Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí-UFPI e Professora Efetiva do curso de Pedagogia – Universidade Estadual do Piauí-UESPI), e-mail: marinacosta@frn.uespi.com

RESUMO

O presente estudo analisa a presença do conceito de empreendedorismo de si mesmo no contexto do Novo Ensino Médio, tomando como referência os documentos normativos que orientam a educação brasileira. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. A investigação dialoga com autores críticos como Dardot e Laval (2016), Foucault (2008) e Han (2017), buscando compreender como a racionalidade neoliberal influencia a constituição de subjetividades no campo educacional. Os resultados indicam que o discurso do empreendedorismo de si está associado à valorização da autonomia, do protagonismo juvenil e da responsabilização individual, o que pode contribuir para a naturalização das desigualdades sociais. Conclui-se que é necessário problematizar tais diretrizes, de modo a fortalecer uma formação crítica e comprometida com a justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Currículo. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário educacional brasileiro tem passado por transformações significativas, especialmente no que se refere ao Ensino Médio. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) estabelece os fundamentos da educação no país e, ao longo do tempo, sofreu alterações para atender às novas demandas sociais. Entre essas mudanças, destaca-se a Lei nº 13.415/2017, responsável por instituir a reforma do Ensino Médio e redefinir sua organização curricular.

Essa reformulação passou a enfatizar a flexibilização curricular, a ampliação da carga horária e a organização do currículo a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos itinerários formativos. A BNCC, enquanto documento normativo, orienta a construção

dos currículos estaduais ao definir competências e habilidades consideradas primordiais para a formação dos estudantes, destacando aspectos como autonomia, protagonismo juvenil e

projeto de vida (Brasil, 2018). Com base nessas diretrizes nacionais, os estados elaboram seus documentos curriculares próprios organizando o Novo Ensino Médio de acordo com as especificidades locais, mantendo alinhamento com a legislação federal.

Nesse contexto, no currículo do Novo Ensino Médio, observa-se a importância do discurso do protagonismo juvenil e do empreendedorismo, especialmente nos componentes curriculares voltados ao projeto de vida e às competências socioemocionais. Esse discurso está associado à ideia de que o estudante deve assumir uma postura ativa frente à sua trajetória escolar e profissional, sendo incentivado a conduzir suas escolhas e responsabilidades. Tal perspectiva dialoga com o conceito de empreendedorismo de si mesmo, compreendido como uma forma de subjetivação característica das racionalidades neoliberais, nas quais o indivíduo passa a ser responsável por seu próprio sucesso ou fracasso (Dardot; Laval, 2016).

Diante disso, o empreendedorismo, de maneira geral, pode ser entendido como a habilidade de conceber, estruturar e colocar em prática iniciativas a partir da identificação de oportunidades, envolvendo a mobilização de recursos e a disposição para assumir riscos, com o objetivo de produzir valor econômico e/ou social. No âmbito educacional, esse conceito vem sendo cada vez mais incorporado aos discursos curriculares, frequentemente articulado a ideias como protagonismo discente, autonomia e construção de projetos de vida. Nesse contexto, torna-se fundamental desenvolver uma análise crítica acerca dos significados atribuídos ao empreendedorismo e de suas formas de utilização, sobretudo quando aplicado a processos formativos inseridos em realidades marcadas por profundas desigualdades sociais.

Assim, este artigo parte dos resultados parciais de uma pesquisa de Iniciação Científica e tem como objetivo investigar os impactos do empreendedorismo de si na formação do estudante do Ensino Médio. A principal hipótese é a de que o discurso sobre empreendedorismo de si mesmo no Novo Ensino Médio quando se apresenta como incentivador de emancipação e empregabilidade, acaba, na verdade, reforçando valores como competitividade, meritocracia e desempenho individual.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, sendo desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Para sua realização, foram analisadas produções teóricas e documentos oficiais que orientam as políticas educacionais no Brasil. A etapa bibliográfica buscou aprofundar a compreensão do conceito de empreendedorismo de si mesmo, bem como

suas articulações com o neoliberalismo e o campo educacional, tomando como referência autores de perspectiva crítica que discutem os processos de subjetivação e a ênfase na

responsabilização individual nas políticas públicas de educação. Conforme Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

No que se refere à pesquisa documental, foram analisados documentos normativos e legais que estruturam o Novo Ensino Médio, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (Lei nº 9.394/1996), a Lei nº 13.415/2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos foram selecionados por sua relevância na organização curricular e por orientarem diretamente as práticas pedagógicas nas redes de ensino, portanto busca-se identificar como o discurso do empreendedorismo de si é construído e legitimado, bem como suas repercussões para a formação humana e integral dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de empreendedorismo de si mesmo se insere no debate mais amplo sobre as transformações sociais e políticas produzidas pela racionalidade neoliberal. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 17), “o neoliberalismo não se limita a um modelo econômico, mas constitui uma racionalidade que orienta práticas, discursos e modos de subjetivação”, produzindo um sujeito que se compreende como empresa de si mesmo. Sob essa perspectiva, o indivíduo é incentivado a conduzir sua própria vida como um empreendimento, desempenhando responsabilidades individuais por suas escolhas, resultados e fracassos.

Michel Foucault (2008) contribui para essa compreensão ao analisar o neoliberalismo como uma forma de governamentalidade, na qual o governo dos indivíduos ocorre através da internalização de normas e condutas. Nessa racionalidade, o sujeito, constituído como empreendedor de si, passa a se autogerir, a se autoavaliar e a se autoexplorar, acreditando exercer liberdade e autonomia, quando, na realidade, responde às exigências de desempenho, produtividade e competitividade impostas pelo sistema. Dessa maneira, o empreendedorismo de si opera como um dispositivo de poder que molda comportamentos, regula condutas e molda subjetividades alinhadas à lógica neoliberal.

Byung-Chul Han (2017, p. 24) aprofunda essa análise ao ressaltar que, “na sociedade do desempenho, o sujeito se torna simultaneamente explorador e explorado de si mesmo”.

internalizando as exigências de produtividade, eficiência e superação contínua. A promessa de liberdade, autonomia e realização pessoal, amplamente difundida pelos discursos

neoliberais e empreendedores, encobre processos de autoexploração e responsabilização individual, nos quais o fracasso é compreendido como incapacidade pessoal, e não como resultado de condições sociais e estruturais. Esse aspecto é central para compreender os efeitos do discurso empreendedor na educação.

Segundo o autor, no âmbito do Ensino Médio, a educação assume um papel estratégico na difusão e legitimação do empreendedorismo de si, sobretudo por meio do currículo e das políticas educacionais que enfatizam o desenvolvimento de competências como autonomia, protagonismo juvenil, resiliência e projeto de vida. Quando a escola incorpora tais discursos, esta atua como um espaço privilegiado de produção de subjetividades alinhadas à racionalidade neoliberal, incentivando os estudantes a se compreenderem como gestores de si mesmos e responsáveis diretos por seus percursos escolares e profissionais. Essa lógica tende a deslocar para o jovem a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de sua trajetória, dissimulando as desigualdades sociais, econômicas e estruturais que interferem no processo educativo. Desse modo, o discurso empreendedor no Ensino Médio, ao se apresentar como incentivador de emancipação e empregabilidade, opera como uma tecnologia de poder que redefine os sentidos da formação escolar, reforçando valores como competitividade, meritocracia e desempenho individual.

Sobre isso Scotta (2023, p. 345) afirma que esse novo modelo curricular “[...] a instituição escolar deixa de propor um mesmo percurso a ser trilhado por todos os estudantes e passa a delegar a eles a responsabilidade pela construção, planejamento e escolha do que será objeto de investigação, de acordo com os desejos, interesses e objetos de cada um [...]”. A autora também afirma que o empreendedorismo no ensino médio “aparece como uma prática que visa determinar um novo modelo de escolarização pautado pela responsabilização e pela atribuição de um protagonismo estudantil” (p. 349).

Nesse contexto, Lopes e Duarte (2024, p.99) afirma que a reforma faz parte de um projeto de educação que tem como prioridade “a formação dos jovens para um mercado de trabalho impregnado pela lógica da economia neoliberal onde a perda de direitos e o subemprego estão em plena ascensão”. Os autores também afirma que diante desse discurso, o empreendedorismo ganha força na reforma do ensino médio como sendo “uma solução para um mundo sem trabalho no qual a valorização do empreendedorismo como

característica pessoal se coloca não apenas para aqueles que desejam ou são levados a criar seus próprios empregos, mesmo sem recursos que viabilizem esse passo” (p.99).

No campo educacional, os autores explicam que o empreendedorismo tem sido progressivamente incorporado como um elemento orientador das práticas pedagógicas, sendo frequentemente relacionado a noções de inovação, autonomia, protagonismo juvenil e preparação para o ingresso no mundo do trabalho. As reformas educacionais recentes, em especial no Ensino Médio, evidenciam um estreitamento das relações entre a educação e as exigências do mercado, priorizando a formação de competências e habilidades consideradas essenciais para a inserção profissional, bem como para a adaptação a contextos econômicos em constante transformação. Nesse contexto, o discurso empreendedor passa a ser apresentado como uma alternativa para enfrentar os desafios educacionais e laborais, contribuindo para a consolidação de uma lógica formativa baseada no desempenho, na competitividade e na autogestão. Como consequência, observam-se redefinições nos objetivos da educação e nas funções sociais atribuídas à escola (Lopes; Duarte, 2024).

O empreendedorismo tem sido frequentemente apresentado como resposta às contradições inerentes às relações sociais de produção no capitalismo. Entretanto, é justamente esse mesmo sistema que transforma o empreendedorismo não apenas em expressão da criatividade humana, mas em uma imposição para amplos segmentos da classe trabalhadora. Diante do desemprego e da precarização, muitos indivíduos passam a recorrer a iniciativas marcadas por riscos e instabilidade, seja por meio da criação de negócios próprios, seja pela inserção em plataformas digitais que intermedeiam o trabalho. Nesses casos, a noção de “liberdade de escolha” tende a ocultar condições estruturais que limitam as possibilidades reais dos trabalhadores (Lopes; Duarte, 2024).

A BNCC reforça essa perspectiva ao enfatizar competências como protagonismo, responsabilidade, resiliência e projeto de vida (BRASIL, 2018). Nesse sentido, a formação escolar tende a priorizar a adaptação dos estudantes às exigências do mercado de trabalho, em detrimento de uma educação voltada à reflexão crítica, à compreensão das desigualdades sociais e à construção de práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação e a transformação social. Ao deslocar para o indivíduo a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, esse modelo formativo contribui para a naturalização das desigualdades e para a consolidação de uma lógica meritocrática. Desse modo, a escola corre o risco de assumir um

papel predominantemente funcional, orientado pela formação de sujeitos ajustados às demandas do mercado, em prejuízo de uma educação que promova a autonomia intelectual, a participação social e a formação humana integral.

Lopes e Duarte (2024) afirmam que a reforma do Ensino Médio, ao priorizar um currículo centrado em conhecimentos básicos, pode restringir as possibilidades de acesso ao ensino superior. Os autores também discutem que em vez de promover uma transição efetiva para o mundo do trabalho, essa organização tende a direcionar grande parte dos jovens da classe trabalhadora, estejam eles inseridos ou não no mercado, para ocupações de baixa complexidade e reduzido valor econômico.

Além disso, os pesquisadores afirmam que ao privilegiar o desenvolvimento de competências técnicas específicas em detrimento de uma formação mais ampla e crítica, a reforma pode contribuir para a manutenção das desigualdades sociais. Nesse cenário, muitos jovens acabam sendo conduzidos a empregos de baixa remuneração e com poucas perspectivas de crescimento, o que limita sua mobilidade social e suas oportunidades de ascensão profissional.

Nesse sentido, o currículo deixa de ser apenas um conjunto de conteúdos e passa a funcionar como um dispositivo político, cultural e pedagógico, capaz de produzir determinados modos de ser, pensar e agir. Conforme argumenta Sacristán (2000), o currículo expressa escolhas sociais e políticas, revelando projetos de sociedade e de sujeito que se pretendem formar. Dessa forma, a incorporação do empreendedorismo no currículo escolar não é neutra, mas carrega valores, normas e expectativas que orientam práticas pedagógicas e processos avaliativos, moldando a formação dos estudantes segundo princípios como competitividade, responsabilização individual e autogestão. Portanto, o currículo contribui para a produção de subjetividades alinhadas à racionalidade neoliberal, reforçando determinadas formas de participação social e de inserção no mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que tende a marginalizar perspectivas críticas voltadas à justiça social, à solidariedade e à formação humana crítica e integral.

Diante desse contexto, torna-se fundamental problematizar os efeitos dessa orientação curricular sobre as trajetórias formativas dos estudantes do Ensino Médio, especialmente daqueles inseridos em situações de vulnerabilidade social. Ao enfatizar o empreendedorismo como resposta individual aos desafios do mundo do trabalho. Tal perspectiva pode produzir processos de subjetivação marcados pela culpabilização, pela autovigilância e pela autoexploração, reforçando a ideia de que o sucesso depende exclusivamente do esforço

peçoal. Assim, ao invés de promover uma formação crítica e emancipatória, a centralidade do discurso empreendedor no currículo do Ensino Médio pode contribuir para a conformação

de sujeitos adaptados às exigências do mercado, limitando o potencial da educação como espaço de reflexão, resistência e transformação social.

No âmbito do Novo Ensino Médio e dos currículos estaduais, o protagonismo juvenil e o projeto de vida assumem posição de destaque, sendo apresentados como instrumentos voltados ao desenvolvimento da autonomia e do engajamento dos estudantes. Essas propostas incentivam os jovens a organizarem seus percursos pessoais, acadêmicos e profissionais, atribuindo-lhes um papel ativo na definição de suas trajetórias formativas. Contudo, quando articulados à lógica do empreendedorismo de si, tais elementos podem intensificar a responsabilização individual, ao transferir para o estudante a incumbência quase exclusiva por seus êxitos e fracassos. Nessa perspectiva, aspectos sociais, econômicos e institucionais que condicionam as experiências juvenis tendem a ser minimizados, o que favorece a naturalização das desigualdades e a formação de subjetividades alinhadas à racionalidade neoliberal.

Ao incentivar o estudante a conduzir sua própria trajetória, o currículo pode desconsiderar as desigualdades sociais, econômicas e educacionais que limitam as possibilidades reais de escolha e de mobilidade social. Como destacam Dardot e Laval (2016), a responsabilização individual tende a naturalizar as desigualdades, atribuindo ao sujeito a culpa por seu insucesso, ao mesmo tempo em que oculta as determinações estruturais que atravessam sua vida. Nesse sentido, a lógica neoliberal desloca problemas coletivos para o plano individual, produzindo sujeitos que internalizam o fracasso como falha pessoal e assumem a obrigação de se adaptar, melhorar e competir. No campo educacional, essa racionalidade fragiliza o potencial crítico da escola, ao reforçar discursos meritocráticos e reduzir a formação a estratégias de autogestão e desempenho, em detrimento da compreensão das condições sociais que produzem a desigualdade.

Pacheco (2003, p. 14) afirma que currículo não se dissocia do “contexto amplo que o define no tempo e no espaço nem da organização escolar que o concretiza”, ou seja, o currículo escola se apropria das concepções mercadológicas que constituem a sociedade, principalmente ao relacionarmos o ensino por competências, imposto pela BNCC com promessa de empregabilidade. Dessa forma, o que se observa é que ao invés de uma formação

humana, o que se apresenta é o desenvolvimento de competências mercantis, que destituem a escola pública de um espaço de democracia, igualdade e coletividade.

Segundo Scotta (2023, p.353) o modelo curricular proposto para o novo ensino médio “estabelece estratégias de regulação da escolarização juvenil que apontam para novas

modalidades de governo da vida dos estudantes, em consonância com os pressupostos neoliberais”. A autora explica que ao delegar autonomia ao estudante e o responsabilizar por suas escolhas, torna-o protagonista em sua trajetória de aprendizado. No entanto, ao mesmo tempo, o estudante se torna o único responsável pelas ações a serem empreendidas a fim de potencializar seu capital humano visando o sucesso no mundo do mercado.

É importante destacar, conforme Gonçalves e Silva (2024), o nosso papel enquanto educador, para isso, a escola buscar um currículo que opere de maneira articulada à formação humana, produzindo sujeitos críticos, engajados social e politicamente e capazes de intervir no mundo. Para isso, é necessário que a escola defenda a educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

Os autores explicam que para que a escola forme o aluno para o mundo do trabalho deve se levar em consideração as bases científicas, tecnológicas e culturais do conhecimento. Os estudantes devem ter direito de prosseguir com os seus estudos, possibilitado um projeto de Ensino Médio que conecte conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, em que se promova uma educação voltada ao desenvolvimento das potencialidades humanas e à compreensão crítica da realidade social.

Com base nas reflexões apresentadas, observa-se que a presença do empreendedorismo de si, do protagonismo juvenil e do projeto de vida nos currículos do Novo Ensino Médio não deve ser interpretada de maneira neutra ou isolada de seu contexto. Nessa perspectiva, Dardot e Laval (2016, p. 328) afirmam que “a racionalidade neoliberal atua na produção de sujeitos que se percebem como empresas de si mesmos, internalizando normas de desempenho, autossuperação e competitividade”. No campo educacional, essa dinâmica provoca tensionamentos no papel da escola pública e na concepção de formação humana integral, ao priorizar a responsabilização individual em detrimento das dimensões coletivas. Desse modo, a análise crítica do empreendedorismo no currículo do Novo Ensino Médio torna-se essencial para compreender de que maneira esses discursos se concretizam nas políticas educacionais, bem como para evidenciar os limites e contradições que colocam em questão a construção de uma educação voltada à emancipação, à justiça social e ao desenvolvimento crítico dos estudantes.

CONCLUSÕES

O presente artigo teve como finalidade examinar o conceito de empreendedorismo de si mesmo no contexto do Novo Ensino Médio, tomando como referência os dispositivos legais que orientam a política educacional brasileira. A análise documental realizada indicou que essa noção assume papel central no discurso curricular, sendo frequentemente associada ao desenvolvimento de competências socioemocionais, ao incentivo à autonomia e à atribuição de responsabilidade individual aos estudantes pela condução de suas trajetórias formativas e de seus projetos de vida. Os achados evidenciam que o empreendedorismo de si, embora apresentado como estratégia de fortalecimento do protagonismo juvenil e de preparação para o mundo do trabalho, está profundamente articulado à racionalidade neoliberal, conforme os autores discutidos ao longo desta pesquisa.

Nessa direção, o currículo passa a operar como um dispositivo de constituição de subjetividades alinhadas aos princípios da competitividade, da autogestão e do desempenho, transferindo para o indivíduo a responsabilidade por seus êxitos ou fracassos no âmbito educacional e profissional. Sob esse enfoque, verifica-se ainda que o Currículo do Novo Ensino Médio estabelece um diálogo direto com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular e com as mudanças instituídas pela Lei nº 13.415/2017, consolidando o projeto de vida e as competências gerais como eixos estruturantes da formação nessa etapa de ensino. Ainda que essa articulação sinalize uma atualização das orientações curriculares, ela também evidencia tensões relacionadas ao papel social da escola, à construção de uma formação crítica e à tendência de reduzir questões estruturais a respostas centradas no indivíduo.

Diante das discussões apresentadas, conclui-se que a inserção do empreendedorismo de si no Novo Ensino Médio demanda uma análise crítica por parte de educadores, gestores e formuladores de políticas públicas, com o intuito de evitar a reprodução de discursos que legitimam desigualdades e enfraquecem o potencial emancipador da educação. Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender o currículo não apenas como um mecanismo

de adequação às exigências do mercado, mas como um espaço voltado à formação humana integral, capaz de fomentar a consciência crítica, a justiça social e a construção coletiva do saber.

Ademais, destaca-se a importância de investigações empíricas que examinem de que maneira tais discursos se manifestam no cotidiano escolar e quais efeitos produzem nos processos formativos dos estudantes. Por fim, destacamos que esta etapa se encaminha para a segunda etapa na qual será realizada a análise do currículo do novo ensino médio do Piauí em relação ao discurso do empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978–1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Bruna de Oliveira; SILVA, José Fernandes da. O sujeito empreendedor de si no Novo Ensino Médio: uma análise a partir do currículo mineiro. In: **Revista Espaço do Currículo**, v. 17, n.3, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/71539/40631> Acesso em 24 de fevereiro de 2026.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LOPES, Lucilene Batista; DUARTE, Matusalem de Brito. **Que empreendedorismo é esse?** Análise de concepções de trabalho no discurso do Novo Ensino Médio e das diretrizes da EPT. In: Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 8, 2024, p.96-112. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/3137/1331> Acesso em 20 de fevereiro, 2026.

PACHECO, José Augusto. **Currículo:** teoria e práxis. Porto: Porto Editora, 2003.



XVI FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

A PESQUISA NA GRADUAÇÃO: SABERES E PRÁTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE

27 a 30 de maio 2026 - Sertão Central - Quixadá - CE

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCOTTA, Larissa. O estudante “empresário de si mesmo” do novo ensino médio. In: **Revista Contemporânea da Educação**. v. 18, n. 43, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/55333> Acesso em 22 de fevereiro de 2026.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP